NOVA CONCURSOS



TRANSPETRO

PETROBRAS TRANSPORTE S.A

Profissional Transpetro de Nível Médio - Júnior
Enfâse: Contabilidade

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Contabilidade Geral
- Contabilidade de Custos
- Noções de Auditoria
- Noções de Tributos (On-line)

Conteúdo de acordo com edital
Questões gabaritadas da banca Cesgranrio

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 03 - TRANSPETRO/PSP/TERRA/NÍVEL MÉDIO-2026.3, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Petrobras Transporte S.A.

TRANSPETRO

Profissional Transpetro de Nível Médio - Júnior - Ênfase: Contabilidade

NV-013AG-26-TRANSPETRO-CONTAB-JR
Cód.: 7908428818838

NOVA CONCURSOS

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Profissional Transpetro de Nível Médio - Júnior - Ênfase: Contabilidade de acordo com o Edital nº 03 - TRANSPETRO/PSP/TERRA/NÍVEL MÉDIO-2026.3, de 11 de agosto de 2026.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca CESGRANRIO, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Noções de Tributos disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....9

- **COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS 9**
- **RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS 12**
- **DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL 22**
- **DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL 24**

EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL 24

- **DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO 29**

Relações de Coordenação Entre Orações e Entre Termos da Oração 35

Relações de Subordinação Entre Orações e Entre Termos da Oração.....36

REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....39

CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....41

- **EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS 48**

Colocação dos Pronomes Átonos 56

EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS 57

- **EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO 64**
- **EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE 67**
- **REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO 70**

SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS 70

SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO; REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO; REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....72

MATEMÁTICA.....77

- **CONJUNTOS NUMÉRICOS: ORDEM, OPERAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES..... 77**

NATURAIS 77

INTEIROS.....77

RACIONAIS.....79

REAIS.....83

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

RAZÃO E PROPORÇÃO 83

REGRA DE TRÊS SIMPLES 87

REGRA DE TRÊS COMPOSTA 89

PORCENTAGEM 91

RELAÇÕES, FUNÇÕES: FUNÇÕES POLINOMIAIS, EXPONENCIAIS, LOGARÍTMICAS E TRIGONOMÉTRICAS 93

EQUAÇÕES 98

EQUAÇÕES DO 1º GRAU, DO 2º GRAU, EXPONENCIAIS, LOGARÍTMICAS E SISTEMAS DE EQUAÇÕES LINEARES 98

ANÁLISE COMBINATÓRIA 104

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM 104

PERMUTAÇÃO 104

ARRANJO 105

COMBINAÇÃO 106

PROBABILIDADE BÁSICA 106

PROBABILIDADE EM ESPAÇOS EQUIPROVÁVEIS 107

ESTATÍSTICA BÁSICA 108

REPRESENTAÇÃO TABULAR E GRÁFICA 108

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL (MÉDIA, MEDIANA, MODA) 113

MEDIDAS DE DISPERSÃO (AMPLITUDE, VARIÂNCIA, DESVIO PADRÃO) 114

MATEMÁTICA FINANCEIRA 116

JUROS SIMPLES E JUROS COMPOSTOS (CÁLCULO DO MONTANTE, DO TEMPO, DA TAXA E DO JURO) 116

GEOMETRIA PLANA 121

RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO 122

ÁREAS 122

PERÍMETROS 124

GEOMETRIA ESPACIAL: ÁREAS E VOLUMES 125

CONTABILIDADE GERAL 187

REGISTROS CONTÁBEIS 187

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

- MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS 188
- REGIME DE COMPETÊNCIA E REGIME DE CAIXA 194
- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO 195
- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PASSIVOS 196
- PROVISÕES, DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS, RESERVAS DE CAPITAL E RESERVAS DE LUCRO 197
- CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO E ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES 201
- O PATRIMÔNIO LÍQUIDO – LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS 206
- FATOS CONTÁBEIS E RESPECTIVAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 207
- APURAÇÃO DE RESULTADOS 216
- CONTAS PATRIMONIAIS E CONTAS DE RESULTADO 218
- OPERAÇÕES CONTÁBEIS COMUNS ÀS EMPRESAS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 220
- PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUAS FINALIDADES 223
- AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E PELO MÉTODO DO CUSTO 227
- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES 228
- ATIVO IMOBILIZADO (CUSTO DE AQUISIÇÃO, BAIXAS E DEPRECIAÇÕES) 230
- ATIVO INTANGÍVEL (CUSTO DE AQUISIÇÃO, BAIXAS E AMORTIZAÇÕES) 231
- CONTINGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS 234
- PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 236
- ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA 246
  - INDICADORES DE LIQUIDEZ 246
  - INDICADORES DE RENTABILIDADE 246
  - INDICADORES DE LUCRATIVIDADE 248
  - INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO 250
- INDICADORES DE ESTRUTURA DE CAPITAIS 250
- ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL 252

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

CONTABILIDADE DE CUSTOS 259

- **TERMINOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS 259**
  - **CUSTOS PARA AVALIAÇÃO DE ESTOQUES 261**
  - **TIPOS DE CUSTEIO: ABSORÇÃO, CUSTEIO DIRETO E CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES - ABC 266**
  - **CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS E CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS 268**
  - **CUSTEIO POR ORDEM E POR PROCESSO 270**
  - **CUSTOS DA PRODUÇÃO CONJUNTA 272**
- **DEPARTAMENTALIZAÇÃO 274**
- **REGISTROS CONTÁBEIS DAS OPERAÇÕES DE FORMAÇÃO DO CUSTO DOS PRODUTOS FABRICADOS 275**
  - **PRODUÇÃO ACABADA, PRODUÇÃO SEMIACABADA E DO CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS 276**
  - **DAS RECEITAS OPERACIONAIS E EXTRAORDINÁRIAS 277**
- **MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO 277**
- **MARGEM DE SEGURANÇA (POR UNIDADES E PERCENTUAL) 278**

NOÇÕES DE AUDITORIA 285

- **ORIGEM, EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AUDITORIA 285**
- **AUDITORIA INTERNA E EXTERNA: FUNÇÕES E DIFERENÇAS 289**
- **CONTROLE INTERNO 295**
- **TESTES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA 298**
- **EVIDÊNCIA DE AUDITORIA 307**
- **DOCUMENTAÇÃO DE AUDITORIA (PAPEL DE TRABALHO) 309**
- **RELATÓRIOS DE AUDITORIA 313**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA — ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há "regras" para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra "marido"); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão "minha chefe"); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão "parou de beber"). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS: ORDEM, OPERAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra N, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, ...}

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de "contagem natural". Por isso, utiliza-se o símbolo N* para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: N* = {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7...}.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os números **naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor**: é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número "n" é o número "n+1".
  - **Exemplo**: o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor**: é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número "n" é o número "n–1".
  - **Exemplo**: o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos**: são números em sequência. Assim, (n – 1, n e n+1) são números consecutivos.
  - **Exemplo**: 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares**: são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;
- **Números naturais ímpares**: quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: 12 + 8 = 20; 12 – 8 = 4.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: 13 + 7 = 20; 13 – 7 = 6.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: 14 + 5 = 19; 14 – 5 = 9.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: 8 · 6 = 48.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: 3 · 7 = 21.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

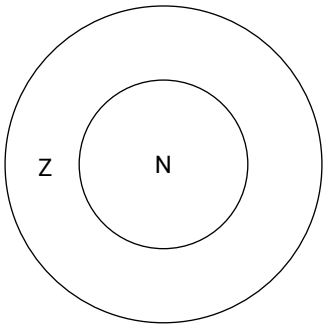
- Ex.: 4 · 5 = 20.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

Z = {... –7, –6, –5, –4, –3, –2, –1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, ...}

O símbolo desse conjunto é a letra Z. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que N é um subconjunto de Z. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

- **Números inteiros não negativos** (Z^+) = {0, 1, 2, 3...}. Veja que estes são os números naturais;
- **Números inteiros não positivos** (Z^-) = {... -3, -2, -1, 0}. Veja que o zero também faz parte deste conjunto, pois ele não é positivo nem negativo;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

CONTABILIDADE GERAL

REGISTROS CONTÁBEIS

Este é um tema que requer que você pegue um papel e uma caneta, a fim de refazer todo o passo a passo à mão — as contas principalmente! Evite ao máximo utilizar a calculadora, pois, na hora da prova, você não vai poder usá-la e, assim, você vai ganhando velocidade na resolução dos exercícios.

Os **Registros Contábeis** cumprem o objetivo principal da técnica contábil de Escrituração. Assim, toda vez que ocorre alguma **alteração nos bens, direitos e obrigações** de uma entidade, essas alterações devem ser registradas por meio dessa técnica.

Pode-se dizer que o **registro contábil** é feito por meio de um **lançamento contábil**. Deste modo, o registro de um fato contábil é chamado de lançamento, já o conjunto de registros contábeis (lançamentos) é chamado de escrituração.

No tocante ao conceito de **evidenciar**, em contabilidade, significa ser claro ao comunicar aos usuários os reflexos dos eventos econômico-financeiros sobre o patrimônio, por meio da comunicação de informações. Assim, a contabilidade segue o Método das Partidas Dobradas, isto é, no registro de cada fato contábil, o valor total dos débitos do lançamento deve ser rigorosamente igual ao valor total dos créditos no mesmo lançamento.

A essência do Método das Partidas Dobradas é que o registro de qualquer operação contábil implica que um débito, em uma ou mais contas, deve corresponder a um crédito de igual valor em uma ou mais contas. Desta forma, a soma dos valores creditados será sempre igual à soma dos valores debitados. Nunca haverá um débito sem crédito correspondente.

Agora, faremos uma rápida revisão sobre lançamento, bem como sobre as suas fórmulas.

- **Lançamento** é a forma pela qual a entidade registra as informações contábeis, visando cumprir os controles estabelecidos e preparar as demais demonstrações contábeis. Deve conter, minimamente, data, descrição do evento, valor, conta creditada e conta debitada. Podem envolver mais de duas contas (utilizam-se as fórmulas de lançamento dispostas a seguir).

FÓRMULAS DE LANÇAMENTO		
1ª Fórmula	uma conta debitada e uma conta creditada	11
2ª Fórmula	uma conta debitada e mais de uma conta creditada	12
3ª Fórmula	mais de uma conta debitada e uma conta creditada	21
4ª Fórmula	mais de uma conta debitada e mais de uma conta creditada	22

Dica

Para decorar as fórmulas, recomendo decorar a seguinte sequência de débitos e créditos: 11, 12, 21, 22, para definir os respectivos lançamentos de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª fórmulas.

Vejamos um roteiro prático para a realização de um registro contábil:

- **Roteiro para Registro Contábil**
  - Identificar as contas envolvidas;
  - Identificar o grupo — Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido (PL), Receita, Despesa) — ao qual pertencem as contas envolvidas no fato contábil;
  - Analisar o efeito sobre o saldo das contas envolvidas (se está aumentando ou diminuindo);
  - Fazer os devidos lançamentos a débito e a crédito — nessa ordem.

Os conceitos de débito e crédito são simples, mas grande parte dos alunos tem dificuldade em entender a "lógica contábil" no estudo da contabilidade. Nossa sugestão é que não tente entender esses conceitos, utilizando seu conhecimento cotidiano, mas, em um primeiro momento, aceite-os como uma convenção contábil.

As contas do **ativo** são de natureza **devedora**. Isso significa que, quando tais contas são debitadas, seu valor é aumentado e, quando creditadas, é diminuído. Já as contas do **passivo** (passivo exigível e patrimônio líquido) são de natureza **credora**. Desta forma, quando tais contas são creditadas, seu valor é aumentado e, quando debitadas, é diminuído. Além disso, na contabilidade, as contas que representam despesas têm natureza **devedora**, e as contas de **receita** são de natureza **credora**.

Pela convenção presente nas normas contábeis, veja o esquema que preparamos, para te ajudar na classificação quanto à natureza das contas:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

TERMINOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS

GASTO, DESEMBOLSO, INVESTIMENTO, CUSTO, DESPESA E PERDA

A contabilidade de custos opera com vocabulário próprio, e a primeira dificuldade de quem entra no tema está em perceber que palavras tratadas como sinônimas na linguagem corrente designam fatos contábeis distintos. Gasto, desembolso, investimento, custo, despesa e perda descrevem momentos diferentes da trajetória de um mesmo recurso dentro da empresa, e trocar um termo pelo outro altera o valor dos estoques e o resultado apurado no período.

Gasto é o termo mais amplo do conjunto e corresponde à aquisição de um bem ou de um serviço mediante entrega ou promessa de entrega de ativos, em regra dinheiro. O reconhecimento ocorre no instante em que a empresa assume a obrigação, e não quando efetua o pagamento, de modo que a compra de matéria-prima a prazo configura gasto já na data de entrada do material.

Desembolso é a saída efetiva de recursos financeiros destinada a liquidar a obrigação assumida, ou seja, o pagamento propriamente dito. Ele pode anteceder o gasto, quando há adiantamento a fornecedor, coincidir com ele, na compra à vista, ou vir depois dele, na compra a prazo.

Investimento é o gasto que permanece ativado no patrimônio até que o bem seja consumido, vendido ou baixado, e a matéria-prima adquirida oferece o exemplo mais didático dessa categoria. Enquanto o material aguarda no almoxarifado, o valor aplicado é investimento; quando a requisição o envia para a linha de produção, esse mesmo valor se converte em custo.

Custo é o gasto relativo a bem ou serviço consumido na produção de outros bens ou serviços, o que restringe o conceito ao ambiente fabril e ao período de fabricação. A chapa de aço aplicada no equipamento, o salário do operador da linha de montagem e a depreciação do torno mecânico são custos porque se incorporam ao produto que a empresa fabrica.

Despesa é o bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas, sem passar pelo processo de fabricação, e por isso afeta o resultado do próprio período em que ocorre. A comissão paga ao vendedor, o salário do pessoal do departamento financeiro e a propaganda institucional integram esse grupo, ainda que guardem relação com o produto vendido.

Perda é o bem ou serviço consumido de forma anormal e involuntária, sem qualquer contribuição para a obtenção de receita, e não se confunde com o consumo previsto do processo produtivo. O material destruído por um incêndio no depósito, o lote deteriorado por falha de refrigeração e a mão de obra parada durante uma paralisação são perdas, lançadas diretamente contra o resultado.

A distinção entre perda normal e perda anormal comanda o tratamento contábil da ocorrência, porque as quebras inerentes ao processo, previstas e mensuradas, integram o custo do produto. As perdas anormais, ao contrário, são excluídas do custo dos estoques pelo CPC 16 (R1) e reconhecidas como despesa do período em que ocorrem.

O ponto de virada entre custo e despesa é o encerramento da fabricação, de forma que todo gasto posterior à conclusão do produto acabado se classifica como despesa, inclusive a armazenagem do item pronto à espera de venda. Investimento, custo e despesa não são naturezas diferentes de gasto, e sim estágios pelos quais o mesmo valor passa dentro da empresa.

Custo, Despesa e a Formação do Resultado

A separação entre custo e despesa produz efeitos que vão muito além da nomenclatura, porque o custo transita pelo estoque e só alcança o resultado no momento da venda, ao passo que a despesa é confrontada com a receita do próprio período. Uma classificação equivocada antecipa ou adia lucro, distorce o valor do ativo e compromete a comparação entre exercícios.

O regime de competência sustenta essa lógica ao vincular o reconhecimento do gasto ao período em que ele contribui para a geração de receita. O custo de fabricação fica retido no ativo enquanto o produto não é vendido, e a literatura chama esse valor de custo do produto, em oposição ao custo do período, que é a despesa.

Nem todo gasto se enquadra com nitidez em um dos dois lados, e a prática industrial convive com itens de natureza mista que precisam ser divididos. O aluguel de um imóvel que abriga a fábrica e o escritório administrativo é o caso clássico, e a repartição costuma ser feita pela área ocupada por cada setor, com a parcela fabril tratada como custo e a parcela administrativa como despesa.

O critério de divisão precisa ser razoável, constante e documentado, sob pena de transformar a apuração em instrumento de manipulação do resultado. Alterar a base de repartição de um período para outro sem justificativa técnica desloca valores entre estoque e despesa e produz variações de lucro sem qualquer origem na operação.

O CPC 16 (R1) delimita o que não integra o custo dos estoques e manda reconhecer como despesa do período as perdas anormais de material, de mão de obra e de outros insumos de produção. Também ficam fora do estoque os gastos com armazenamento, salvo quando necessários ao processo produtivo entre uma fase de fabricação e outra, as despesas administrativas que não contribuem para trazer o estoque ao local e à condição atuais e as despesas de comercialização.

A empresa que não separa custo de despesa em sua escrituração acaba avaliando estoque por valores arbitrários, e o efeito aparece de imediato na demonstração do resultado. Superavaliar o estoque final reduz o custo dos produtos vendidos e infla o lucro do período, com reflexo direto na base de cálculo dos tributos sobre a renda.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE AUDITORIA

ORIGEM, EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AUDITORIA

Auditoria é o exame sistemático de registros, operações e demonstrações de uma entidade, realizado por profissional que não participou da produção da informação examinada, com a finalidade de emitir opinião fundamentada sobre a fidedignidade desses dados. O trabalho não se confunde com a escrituração contábil nem com a fiscalização tributária, porque não cria o registro e não aplica penalidade. A auditoria examina o que já foi registrado e informa a terceiros o grau de confiança que aquela informação merece.

A utilidade da atividade está em reduzir a assimetria de informação entre quem administra o patrimônio e quem depende de dados confiáveis para decidir. Investidores, credores, órgãos reguladores, conselhos de administração e a sociedade apoiam decisões de grande impacto em números que não produziram e não têm meios de verificar por conta própria. Ao atestar a consistência desses números, a auditoria sustenta o funcionamento do mercado de capitais, do crédito bancário e do controle sobre o dinheiro público.

A FUNÇÃO DE VERIFICAR: CONCEITO, ETIMOLOGIA E NECESSIDADE HISTÓRICA

A palavra auditoria vem do latim audire, que significa ouvir, e guarda a memória de um tempo em que a prestação de contas era feita oralmente diante de quem havia confiado os recursos. O responsável pela administração narrava receitas e despesas, e o encarregado de conferir ouvia, questionava e aprovava ou rejeitava o que lhe era apresentado. O registro escrito só se tornaria a base do exame séculos mais tarde, quando a escrituração ganhou método e permanência.

Toda auditoria pressupõe uma relação em que alguém administra bens que não lhe pertencem e deve satisfação a quem os entregou. Essa relação aparece na cobrança de tributos por delegados do soberano, na aplicação de recursos de terceiros por comerciantes e na condução de companhias por diretores contratados pelos acionistas. Quanto maior a distância entre o proprietário e a operação, mais forte se torna a exigência de verificação por alguém de fora.

A auditoria é, por natureza, atividade de terceiro. Quem executa a operação não pode ser quem atesta a sua regularidade.

Duas finalidades disputaram a primazia ao longo da história da atividade, a busca de fraudes e erros e a formação de opinião sobre a fidedignidade das demonstrações. Nos primeiros séculos predominou a procura do desvio, com conferência item por item dos lançamentos e dos documentos que os sustentavam. A partir do início do século XX, com o crescimento do volume de transações, o foco passou à confiabilidade do conjunto das informações contábeis, apurada por testes selecionados.

O deslocamento de objetivo alterou a técnica de trabalho e a extensão do exame, porque verificar todos os documentos de uma grande companhia tornou-se materialmente impossível. A saída foi a adoção da amostragem, o estudo dos controles internos da entidade auditada e a concentração dos esforços nas áreas de maior risco de distorção relevante. A auditoria deixou de prometer a descoberta de qualquer irregularidade e passou a oferecer segurança razoável sobre as demonstrações tomadas em conjunto.

Dessa trajetória resultaram as espécies que hoje se estudam separadamente, a auditoria independente das demonstrações, a auditoria interna das operações e dos controles e a auditoria governamental sobre recursos públicos.

AS ORIGENS REMOTAS: DA ANTIGUIDADE AO MUNDO MEDIEVAL

Registros de conferência de contas aparecem nas primeiras civilizações que organizaram tributos, estoques e obras públicas em escala. Na Mesopotâmia e no Egito antigo, escribas mantinham o controle de grãos, rebanhos e trabalho, e outros funcionários revisavam esses assentamentos para apurar diferenças entre o que fora arrecadado e o que fora entregue. A dupla checagem por agentes distintos já continha a ideia de segregação de funções, que permanece sendo o primeiro controle interno examinado em qualquer trabalho de auditoria.

Em Roma, a verificação das contas públicas cabia aos quaestores, magistrados encarregados de examinar a arrecadação e os gastos do erário. Os administradores de províncias prestavam contas oralmente a funcionários designados pelo imperador, prática que confirma a etimologia do termo auditor. O exame incidia sobre a pessoa do gestor e sobre a legalidade do dispêndio, não sobre demonstrações contábeis estruturadas, que ainda não existiam.

O produto desse trabalho antigo era a aprovação ou a rejeição das contas de uma pessoa determinada, com efeito de quitação ou de responsabilização, e não uma opinião técnica escrita sobre um conjunto de informações.

A Idade Média manteve a verificação de contas dentro da lógica senhorial e dos domínios reais. Nobres liam publicamente as contas de seus domínios diante de agentes da Coroa, e cidades comerciais italianas passaram a designar conferentes profissionais para examinar os livros de mercadores e corporações de ofício. Em 1310 já havia, em Londres, conselhos que exerciam funções de conferência de contas.

A Inglaterra medieval deu ao encarregado dessa conferência um nome que atravessou os séculos, pois o termo auditor foi empregado no reinado de Eduardo I, no século XIII, e o cargo aparece formalizado em 1314, no contexto do fortalecimento econômico e administrativo do reino. A função era pública e servia ao controle das rendas da Coroa, muito antes de existir auditoria de empresas.

Nessa fase inteira, a auditoria é atividade de Estado. O exame das contas de particulares por profissionais independentes é fenômeno bem posterior.

Duas condições ainda faltavam para que a atividade se tornasse profissão privada e organizada, um método de escrituração confiável, capaz de produzir demonstrações comparáveis e verificáveis por terceiros, e a existência de grandes empresas com capital

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOVA CONCURSOS

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO